

## **O General e O Profeta: analisando o nexu entre trabalho e socialização em Karl Marx e Max Weber**

### **The General and The Prophet: analyzing the nexus between work and socialization in the works of Karl Marx and Max Weber**

Antônio Olegário Ferreira Neto<sup>1</sup>

Marianna Haug<sup>2</sup>

Georgheton Melo Nogueira Filho<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar as relações entre trabalho e socialização nas obras de Marx e Weber. Para tal, analisamos uma série de obras dos dois autores escolhidos e reunimos seus argumentos em duas seções distintas, as quais identificam comparativamente os dois vetores com os quais os autores trabalham o tema. Nosso argumento é que, enquanto Marx confere ao capital, e a seu ambiente de trabalho, uma potência socializadora, Weber, por sua vez, investiga como esses mesmos fatores navegam em correntes socializadoras determinadas por tendências culturais vindas de fora. Por fim, após apresentar estes pontos, concluimos o artigo com uma discussão sobre o problema da dominação no trabalho dos dois pensadores.

Palavras Chave: Marx; Weber; Trabalho; Socialização.

**Abstract:** The aim of this paper is to analyze the relations between work and socialization in the oeuvre of Marx and Weber. In order to do so, we discuss a series of texts by the two chosen authors and assemble their arguments in two distinct sections, which comparatively identify the two vectors in which the authors work on the theme. Our argument is that, while Marx attributes to the Capital, and its work environment, a socializing power, Weber, much differently, investigates how these same factors navigate in socializing streams produced by cultural trends coming from the outside. Finally, after presenting these points, we conclude the paper with a discussion concerning the problem of domination in the work of the two thinkers.

Key Words: Marx; Weber; Work; Socialization

---

<sup>1</sup> Doutorando em sociologia/USP

<sup>2</sup> Doutoranda em direito/USP

<sup>3</sup> Doutorando em ciência política/UNICAMP

## **Introdução:**

O objetivo do presente trabalho é analisar a relação entre trabalho e socialização na obra de Max Weber e Karl Marx. A pergunta geral que orientará nossos esforços pode ser resumida pela seguinte interrogação: Qual é, para Marx e Weber, a relação entre o modo específico de se laborar no capitalismo e a constituição social dos sujeitos que trabalham? O texto tentará, portanto, enxergar os nexos que existem entre o cotidiano de trabalho em situações de modernidade e o tema mais geral da constituição de sociabilidades, processo esse que se manifesta tanto dentro quanto fora do espaço específico de labor. Em termos sociológicos pode-se dizer que o objetivo aqui é pensar em como Weber e Marx teorizaram a conexão entre capitalismo e modo de vida, ressaltando principalmente as diferenças entre as posições assumidas pelos dois clássicos.

Neste artigo, o trabalho será entendido como a atividade econômica que os sujeitos desempenham para garantir sua subsistência em uma sociedade de mercados. Trabalho deve ser compreendido a partir de sua determinação profissional historicamente determinada, ou seja, como esforço desempenhado e distribuído em tarefas socioeconomicamente mediadas. Ao falar de labor no contexto deste texto, portanto, estaremos nos referindo fundamentalmente aos empregos individuais, empregos esses assumidos em um contexto de intensa e decisiva divisão social do trabalho. Socialização, por sua vez, diz respeito aos fluxos de posicionamento dos agentes no espaço social, posicionamento que se dá tanto objetiva quanto subjetivamente a partir da interação reiterada com o mundo social. Neste trabalho a socialização será utilizada para se referir ao processo de constituição dos programas de ação dos trabalhadores pelo cotidiano de trabalho e também ao processo de constituição do cotidiano de trabalho pelos paradigmas de ação dos trabalhadores. A diferença entre esses dois vetores é, como apresentaremos mais tarde, a diferença entre a perspectiva dos dois autores trabalhados.

Nas páginas que se seguem, tentaremos mostrar como estes temas são desenvolvidos nas obras dos dois autores trabalhados. Para tal, enfatizamos a forma como Marx e Weber entendem a especificidade da modernidade e o lugar que o trabalho assume em seu desenvolvimento e continuidade: este desenrolar, uma vez que enquadrado a partir das lentes da socialização, tentará abarcar a conexão entre o modo de trabalhar e o “modo de viver” característico das sociedades modernas ocidentais. Outra coisa que será importante nessa

discussão são as maneiras como os dois autores, cada um à sua maneira, avaliam criticamente o mundo moderno.

Em Marx, nossa análise se pautará principalmente pela leitura de dois textos, um deles elaborado em sua juventude *“Manuscritos Econômico Filosóficos”* (2008) e outro proveniente de sua fase madura *“O Capital, Livro 1”* (1976). O objetivo é combinar dois textos que versam sobre o processo de trabalho capitalista, mas o fazem partindo de níveis de abstração diferentes. Dessa maneira, enquanto *O Capital* nos oferece uma visão lógica sobre o modo cotidiano de organização do trabalho no capitalismo, os *Manuscritos* revelam as consequências civilizatórias mais amplas desta mesma organização. Além destes dois textos originais, utilizaremos também algumas obras elaboradas por comentadores. Já em Weber, seremos guiados principalmente por alguns capítulos de seu *“Economia e Sociedade”* (2012; 1999) e por sua obra paradigmática *“A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo”* (2004), tentando entender tanto o sentido geral de sua teorização sobre a singularidade social da modernidade quanto suas opiniões sobre a complexa relação entre vida econômica, valores e conduta de vida. Na seção sobre Max Weber serão igualmente utilizados alguns trabalhos elaborados por comentadores.

Depois disso, e a guisa de conclusão, tentaremos traçar pontes entre a teorização dos dois autores, procurando ressaltar os possíveis diálogos que existem entre obras que serão apresentadas aqui a partir de suas diferenças.

### **Trabalho e Socialização em Marx:**

O ponto de partida para compreender a teorização de Marx sobre o problema deste trabalho é a ascensão do capitalismo como modo de produção e reprodução da riqueza social. Esse processo, é aquele da despossessão dos instrumentos, das ferramentas e das instituições que permitiam aos seres humanos controlar o próprio processo de trabalho e produzir para si próprios sem que fosse necessário vender as mercadorias no mercado ou sujeitar-se a uma situação material de assalariamento. Desta maneira, a gênese do capitalismo enquanto modo de produção dominante nas sociedades ocidentais modernas se baseia na constituição histórica das relações de classe necessárias a sua dinamização. Se em Marx o capitalismo é um modo de construção de riqueza guiado pela necessidade desmedida de valorização dos investimentos a partir da exploração de trabalho vivo, então seu ponto de partida lógico é o momento de encontro no mercado de duas “personas econômicas distintas”: o capitalista detentor de dinheiro e o trabalhador possuidor de força de trabalho (Marx, 1976). A

necessidade de produzir valor através da captura de trabalho humano anda de mãos dadas com a constituição de uma classe que só pode existir a partir da comercialização de força de trabalho.

O capital especifica a modernidade ocidental por associar a reprodução social à venda de força de trabalho no mercado, assim como ao fato de ligar a obtenção de recursos à compra de mercadorias. Aos compradores desta força (os capitalistas) cabe também a prerrogativa de organizar o ambiente geral no qual o cotidiano de atividades laborais se dará: a separação do trabalhador de seus meios de vida tradicionais é também sua separação do ferramental necessário para trabalhar autonomamente. Em Marx, a venda de força de trabalho é tratada a partir das lentes de uma subsunção ao capital, na qual o trabalhador se inscreve no universo organizacional orquestrado pelo capitalista.

Este ponto carrega uma consequência de importância vital para o tipo de sociedade que surge na Europa dos séculos XVIII e XIX, a saber, a constituição de um universo que metamorfoseia trabalho em meio fundamental de vida: a profissão se torna o mediador da existência social. De forma semelhante, ao tornar o trabalho o combustível que alimenta as cadeias produtivas encarregadas de alimentar os mercados modernos, o modo de produção capitalista transforma o labor (ou pelo menos sua substância abstrata) em instrumento de comparação entre as mais diversas mercadorias, isto é, em ferramenta de coesão da troca social de produtos independentemente produzidos (Marx, 1976; Rubin, 1980).

Mas não é qualquer trabalho que se torna a determinação central da reprodução da vida nas sociedades modernas, mas sim aquele desempenhado a partir da mediação da valorização. O capital, na medida em que se torna comprador de força de trabalho em proporções generalizantes, organiza o uso social destes mesmos trabalhadores, fazendo com que os empregos disponíveis obedeçam às regras gerais, abstratamente determinadas, da produção e da circulação de mercadorias (Braverman, 1987). Vem daí uma questão central para a concepção de Marx sobre o destino da vida sob o controle do capitalismo, a saber, o fato de que a existência concreta de incontáveis indivíduos passa a ser determinada pelo movimento de uma força abstrata, que eles mesmos produziram mas que não podem mais controlar (Marx, 2008).

A necessidade de constante expansão para cumprir com os desafios postos por um mercado mundial junto com a prerrogativa de estabelecer as regras que guiarão os circuitos sociais de produção fazem com que o capital se torne uma força de especificação da modernidade. Neste sentido, o modo de produção capitalista busca movimentar a sociedade segundo seus desígnios, e o faz na medida em que centraliza as formas individuais e coletivas

de reprodução social. É possível dizer, portanto, que em Marx o desenvolvimento do capital assume a posição privilegiada na explicação da emergência histórica das sociedades modernas, mesmo que isso se deva menos a uma teleologia da história unilateral e mais a uma compreensão das características singulares deste modo de produção.

A expansão desmedida da forma social da riqueza capitalista, somada à separação histórica dos trabalhadores de seus meios de subsistência marca o ponto de partida da teorização de Marx sobre a relação entre trabalho e socialização: neste trabalho, utilizaremos a análise que o autor faz do cotidiano de trabalho no interior dos empreendimentos capitalistas para me aproximar desse tema. O ponto que queremos defender diz respeito à natureza socializadora do trabalho no capitalismo, uma vez que sua transformação em meio de vida universalizante implica a emergência da organização capitalista do labor como locus privilegiado de análise da existência social moderna.

Com efeito, desde seus *“Manuscritos Econômico Filosóficos”* (2008) de 1844 Marx se dedica a entender como o labor capitalista forma os sujeitos implicados em sua dinâmica. Neste texto, a implicação é de que a separação do trabalhador de seus meios tradicionais de subsistência é só o início do processo de formação de uma classe historicamente específica, processo esse que será continuado nas cadeias de produção de mercadorias que aguardam o sujeito “libertado” de seu modo tradicional de viver. Nos manuscritos, a ideia transmitida por Marx é que o trabalhador, ao ser convertido em um fabricante de valor para o capital, fabrica a si mesmo como proletário (Marx, 2008, p.80).

Isso acontece porque a inserção nas relações de trabalho organizadas capitalisticamente significa a produção e a reprodução de uma condição social particular: a existência proletária característica da sociedade capitalista não é o resultado espontâneo de algum mecanismo natural mas o produto de um tipo de relação social historicamente singular, que torna o trabalho humano uma mercadoria a ser comprada e vendida no mercado. O fato de alguém pertencer a uma determinada classe, vivendo o tipo de vida que cabe a este grupo particular, passa a depender de seu posicionamento no interior dos aparatos produtivos erigidos pelo modo capitalista de produção, os quais serão (pelo menos em parte) responsáveis pelos horizontes de constituição das ações as quais estes indivíduos estarão associados.

Marx, em seus *“Manuscritos Econômico Filosóficos”*, trabalha a relação entre a subsunção ao mecanismo produtivo capitalista e a constituição de formas particulares de existência social a partir do tema fundamental do Estranhamento (Marx, 2008, p.81). O estranhamento aqui diz respeito à relação negativa/fragmentada que o trabalhador socializado

pelo processo de trabalho capitalista tem com o ambiente social que o cerca, sendo que os fatores que organizam sua própria reprodução social e também os produtos de sua atividade cotidiana lhe aparecem como forças estranhas. O estranhamento, enquanto modo de experiência subjetiva característico da modernidade, só pode existir a partir do contato rotineiro com o processo de trabalho capitalista, o qual, erigido a partir do imperativo da valorização, produz obrigatoriamente um tipo de existência social degradada para seus “soldados”.

Em síntese, o regime de assalariamento, ao se tornar a forma privilegiada de se inserir no mundo social, integra o trabalhador moderno a um processo de trabalho capaz de produzir formas particulares de existência cotidiana, isto é: a constituição da classe trabalhadora (e da vida estranhada que a acompanha) é um processo que se dá a partir da interação cotidiana com os aparatos produtivos do capital. O poder que o capital simboliza na sociedade moderna vai, dessa forma, muito além da mera propriedade privada dos meios de produção e se exerce pela possibilidade de governar importantes circuitos da produção de sociabilidades.

A natureza mais abstrata dos Manuscritos de 1844, porém, não nos oferece ainda os mecanismos reais pela qual a socialização orquestrada pelos aparatos produtivos capitalistas acontece. Para tal, analisamos a partir de agora algumas passagens do primeiro livro de “*O Capital*” (1976), principalmente aquelas relacionadas ao processo de divisão do trabalho, cooperação e implantação de maquinaria. A metáfora trabalhada nestes capítulos é aquela que associa o capitalista ao general de exércitos, capaz de coordenar a produção com mãos de ferro, impondo uma conduta específica para aqueles submetidos a seu controle.

No primeiro livro de sua obra mais conhecida, Marx dedica alguns capítulos (entre o 12 e o 15 na versão que utilizo) a analisar logicamente a sucessão de etapas que constitui o moderno processo de trabalho capitalista. O objetivo aqui é entender como se dá e como se transformam os mecanismos capitalistas de produção de mais valor relativo, ou seja, aquela valorização que se dá não pelo aumento da jornada de trabalho mas pelo acréscimo da capacidade produtiva do capital. Em sintonia<sup>4</sup> com o que aparece nos manuscritos, porém, meu argumento é de que a análise do processo de trabalho em Marx e também a análise da

---

<sup>4</sup> Há muitos debates sobre a continuidade ou não entre categorias que Marx abordou nos Manuscritos e n'O Capital, tendo em vista que, ao longo de sua empreitada teórica, ele elaborou o método do materialismo histórico-dialético, se distanciou de determinadas categorias e determinações e se apropriou de outras. Sendo assim, há muitas diferenças na leitura dos manuscritos em relação ao Capital, ainda que possa ser percebida uma continuidade em seus esforços de elaborar uma leitura do modo de produção e seus potenciais de superação. As categorias de trabalho e sociabilidade também passam por essas questões.

constituição de sociabilidades historicamente específicas são determinadas pela interação rotineira com o “universo” engendrado pelo capitalista.

O sentido geral da teorização do autor nessas passagens analisadas é a fragmentação do trabalho ao nível do trabalhador e sua recomposição ao nível do capital, ou seja, Marx analisa como a organização e o conhecimento necessários para fazer funcionar a produção de bens e serviços é retirada dos corpos e das mentes dos artesãos especializados e dos artífices das guildas medievais e transformado em prerrogativa do capitalista. Desta maneira, uma vez que uma série de trabalhadores são reunidos sob o controle de um só comprador de força de trabalho e na medida em que necessidade de valorização imprime seu ritmo sob o cotidiano de atividades fabris o capital é levado a aumentar a sua eficiência através do controle estrito sob o processo geral de labor (Marx, 1976, p. 449).

Esse controle é operado através da implementação de sucessivas ondas de cooperação, divisão do trabalho e aplicação de maquinário, os quais pressupõem, cada um à sua maneira, a diferenciação entre elaboração e execução das tarefas (Braverman, 1987; Marx, 1976). Mais do que isso, no entanto, a aplicação destes elementos busca produzir um tipo específico de trabalhador, aquele adequado diretamente à execução das tarefas que lhe são dadas: uma vez que o conhecimento e a ação são divididos no terreno da prática laboral não pode haver outra consequência senão a implementação de um tipo de existência social distinta para aqueles que organizam o trabalho e para aqueles que o fazem.

Falar em processo de trabalho no capitalismo é, portanto, falar de adaptação de uma força de trabalho aos pressupostos de determinado regime de acumulação de capital, isso, por sua vez, é falar sobre a criação (ou a falta dela) de programas de ação singularmente conectados a existência social enquanto trabalhador. Para Marx, um dos produtos mais importantes deste modo de labor que se impõe com contornos socializadores é o trabalhador especializado, ou seja, aquele que especializa o trabalhador em uma tarefa localizada, subdividindo as atividades em uma série de estações. Essa subdivisão, porém, vem acompanhada da deformação das capacidades físicas e mentais dos sujeitos que trabalham, uma vez que se reduz a personalidade de alguém a execução de uma atividade parcelar (Marx, 1976, p. 484).

Esse processo é ainda mais dramático se pensamos que o trabalhador parcelar, típico das fases avançadas da manufatura capitalista, teve de ser formado a partir de artesões, camponeses e artífices de guildas, os quais se orientavam por pressupostos profissionais e pessoais radicalmente diferentes daqueles reunidos dentro da fábrica (Thompson 2006). O processo de trabalho capitalista teve de agir, dessa maneira, como um mecanismo

socializador implacável, capaz de criar um tipo de pessoa laboral não só inexistente antes mas vista com reservas por grande parte dos setores tradicionais da sociedade. Com efeito, ainda hoje a desorganização dos modos anteriores de vida pode ser observada nos lugares onde o modo de produção capitalista chega e onde a figura do trabalhador assalariado deve ser fabricada (Taussig, 2010).

Neste contexto, os hábitos pessoais relacionados à disciplina, o comprometimento pessoal com uma ética de trabalho, assim como a racionalização do tempo na sociedade moderna não podem ser entendidos sem que se faça referência às mudanças fundamentais que o capitalismo representa para a forma social do labor. A generalização desta forma, aliada a centralidade que o labor encerra para a reprodução social na sociedade moderna, significa que amplos setores da vida social serão obrigados a interagir com processos de trabalho organizados capitalisticamente e, mais ainda, que a necessidade de se produzir uma força de trabalho que atenda ao princípios da valorização se espalhará pelas mais diversas esferas da sociabilidade.

A partir da descrição dos mecanismos de produção do trabalhador moderno, Marx volta nestes capítulos de seu *“O Capital”* (1976) à posição que tinha estabelecido mais de dez anos atrás nos *“Manuscritos Econômico Filosóficos”* (2008). Esta posição nos informa que o processo de trabalho no capitalismo ganha uma determinação socializadora na medida em que a necessidade de formar trabalhadores alinhados com o processo de valorização se impõe: o cotidiano de labor assume, portanto, uma função constitutiva das práticas cotidianas de determinada força de trabalho. O sentido da dominação que Marx enxerga no capitalismo pode ser interpretada como o fenômeno da transformação de amplas parcelas da população em apêndices do capital, sendo que a identidade profissional dessas pessoas, junto a seus hábitos e ações no ambiente de trabalho, serão formados a partir da interação com o conhecimento reificado nos aparatos organizacionais controlados pelo capitalista.

Há uma brecha neste processo formativo, porém. Ela se coloca nos termos de uma contra formação de classe, a qual é capaz de construir laços sociais particularmente fortes entre aqueles que compartilham de posição semelhante nas cadeias produtivas do capitalismo. Neste sentido, a submissão a determinadas situações sociais pode formar entre aqueles que vivem sob seu controle o reconhecimento de sua posição comum e o desenvolvimento de formas de luta contra tal dominação (Marx, 2000). Este fato adiciona mais uma camada de significado sobre a determinação socializadora do processo de trabalho trazido pelo capital, isso na medida em que o próprio reconhecimento de uma determinada posição de classe e a

formulação de laços com aqueles que a compartilham é construído durante o cotidiano de atividades no espaço de trabalho característico da modernidade capitalista.

Este último ponto deixa bastante claro que Marx constrói seus argumentos sobre o poder socializante do processo de trabalho a partir do ponto de vista da classe trabalhadora, isto é, do proletariado industrial que surge e se dinamiza no século XIX. A especificidade de sua visão reside no poder despótico que o capital mobiliza para constituir a sociabilidade no espaço de trabalho, despotismo esse que encontra na figura do general de exércitos (Marx, 1976, p. 450) sua metáfora máxima.

### **Trabalho e Socialização em Weber:**

Em Weber, diferentemente do que vimos em Marx, não há necessariamente uma esfera da vida social que se torna preponderante na explicação da especificidade do desenvolvimento histórico da sociedade moderna. Na verdade, na obra de Weber, a história é retratada de maneira fundamentalmente polifônica (Cohn, 2003, p.162) sendo que muitas formas de conferir sentido ao percurso do tempo são possíveis a depender dos interesses epistêmicos do pesquisador. O tratamento que o pensador alemão dá ao estudo dos fatos históricos é, dessa maneira, muito mais particular, especificamente orientado, do que a marcha universalizante que Karl Marx enxerga no capitalismo.

Também não se pode dizer que há na teorização de Max Weber a eleição de um campo da vida social que dita as regras para todos os outros, centralizando a seu redor a vida social. Com efeito, o que parece estar em jogo é muito mais o reconhecimento de que diferentes esferas possuem diferentes lógicas de funcionamento, as quais devem ter seu sentido construído pelo pesquisador a partir da aplicação de tipos analíticos (Weber, 2012) que especificam sua singularidade. Sendo assim, qual seria, para Weber, o caráter sociológico que particulariza a modernidade ocidental?

Neste trabalho, o ponto de partida para o entendimento das relações entre trabalho e socialização na obra de Weber será o controverso processo de racionalização, entendido aqui como um dinamizador da vida cotidiana específico à sociedade moderna. Este fenômeno, porém, é conhecido por sua relativa indeterminação, uma vez que seu sentido é bastante elusivo no contexto geral da sociologia elaborada pelo teórico alemão. Isso talvez aconteça porque a racionalização não é uma ordem inequívoca de transformação do mundo, mas se manifesta de acordo com as características particulares de cada esfera individual presente na contemporaneidade (Cohn, 2003, p. 232).

A despeito disso, existe a possibilidade de interpretar os sentidos profundos do processo de racionalização como uma série de profecias sobre o tipo específico de civilização que a modernidade torna legítima (Sica, 2000). A racionalização toma a forma de um valor cultural que, engendrado pelas regras localizadas de diferentes aspectos da vida social, se assenta como um “destino” para o cotidiano das populações que vivem em situações de modernidade. Destino neste contexto deve ser entendido como o faz Cohn, ou seja, como figuras fixas que, produzidas por ações anteriormente específicas, tornam-se os referenciais pelos quais as ações futuras estarão condenadas a se moverem (Cohn, 2003). Vejamos então como esta dimensão cultural da racionalização se apresenta em relação ao tema que nos interessa neste texto.

Nas passagens de Weber que Alan Sica reúne em seu artigo “*Rationalization and Culture*” (2000), a dimensão central da racionalização se encontra na intersecção entre a organização racional da vida (pessoal e institucional) e o reconhecimento de uma virtude. Dessa maneira, a resolução tecnicamente orientada de problemas práticos assim como o domínio das circunstâncias exteriores por meio do cálculo de meios e fins se tornam as maneiras mais legítimas, valorativamente positivas, de se conceber a organização de uma instituição. A dimensão cultural desta aplicação da racionalidade está na formulação de uma imagem de mundo (Weber, 2016) que orienta as ações em sociedade a partir da definição daquilo que é bom ou ruim.

A questão é que na moderna sociedade ocidental uma série de fatores históricos particulares foram capazes de cristalizar a eficiência prática, a imparcialidade e a aplicação de cálculos como objetivos eticamente positivados. Esse fato implica, para Weber, que formas específicas de organização social serão criadas, as quais diferem significativamente daquelas existentes em outros períodos da história, guiados como eles eram por outras imagens ideais de mundo e outros valores. Neste sentido, a especificidade da moderna sociedade ocidental se concentra ao redor dos mecanismos que tornaram e tornam um tipo singular de organização da ação social racionalmente legítimo.

A emergência da moderna economia de mercado capitalista - embora Weber reconheça o papel que a criação das classes sociais tiveram em sua gênese - será tratada a partir do sentido singular que a racionalização toma em suas fileiras. A formação que ocupa o foco dos esforços do pensador alemão estará associada, entre outras coisas, à constituição dos quadros administrativos que materializam a organização racional da empresa capitalista (Weber, 1999) e a emergência histórica do tipo de ação que torna o capitalismo possível (Weber, 2004). Uma diferença marcante em relação a Marx é que, enquanto o autor de O

Capital estava preocupado fundamentalmente com a esfera da produção e da reprodução de bens sociais, Weber estrutura sua obra a partir dos mecanismos de distribuição e apropriação dos recursos assim constituídos (Cohn, 2003, p. 184).

Pode-se dizer, portanto, que não é necessariamente o capital que singulariza a vida sociocultural na modernidade, mas esta última que lhe oferece seus contornos contemporâneos. As forças que constituem a forma social da economia de mercado capitalista e que dinamizam seu processo de trabalho encontram seus princípios em uma série de transformações historicamente individuais, as quais unidas por uma série de afinidades entre si, transformam-se em forças de definição das ações futuras. A racionalização pode ser entendida como essa corrente de significado que se impõe (de maneiras diversas) em múltiplas esferas da vida contemporânea, construindo linhas de ação que se encontram na positivação valorativa da ação que calcula instrumentalmente meios para determinados fins (Scaff, 2000).

A relação entre racionalismo e valores culturalmente disseminados leva o autor alemão a procurar seus nexos, por exemplo, na relação entre crenças espirituais e vida econômica e mesmo na intersecção entre religião e sociedade, isso na medida em que sua busca é pelos elementos capazes de tornar a ação instrumental e a conduta metodicamente organizada de vida aspectos constitutivos da vida moderna. Neste trabalho, portanto, olharemos para a relação entre trabalho e socialização em Weber a partir do argumento de que o processo de trabalho é socializado, ou seja, ele é determinado pelos valores tornados legítimos em determinado momento da história e pelas ações dos portadores históricos destes valores. Para tal, analisaremos a emergência do modo de trabalhar no capitalismo a partir do exemplo do protestantismo e, então, a organização burocrática do processo de trabalho.

Se falamos em um processo de constituição da forma de trabalho no capitalismo por indivíduos portadores de valores específicos, a menção ao clássico “*A Ética protestante e o “Espírito” do capitalismo*” (2004) se torna obrigatória. Neste livro, diferentemente do que faz Marx, Weber procura desvendar a gênese histórica do capitalismo não através da constituição das classes que o caracterizam, mas a partir da emergência do tipo de ação social que o torna possível. Falar em espírito do capitalismo é falar de uma conduta de vida que se organiza em torno do acúmulo eticamente orientado de riqueza, o qual se dá a partir de uma organização racional das práticas cotidianas. O melhor exemplo desse espírito é aquele sumarizado por Benjamin Franklin: tempo é dinheiro (Weber, 2004, p. 44).

Essa nova conduta de vida, constituída pela transformação da acumulação de riqueza em um fim *per se*, generaliza-se a partir da afinidade historicamente particular que pode

construir com determinadas seitas protestantes, principalmente a de matriz calvinista. Estas seitas, ao enxergarem no acúmulo de riqueza material o sinal da predestinação divina, se tornaram portadoras do tipo de ação necessária ao desenvolvimento do capitalismo, ou seja, daquela ética de vida que enxerga no trabalho duro orientado para o enriquecimento pessoal a forma sagrada de se posicionar neste mundo. No que diz respeito ao protestantismo, o labor terreno se converte em vocação religiosa, isto é, se transforma na maneira socialmente legítima de construção de valor individual, valor esse que se manifesta através da execução racional de uma atividade que aumenta a glória de Deus no mundo.

A questão para Weber é que as características que o protestantismo oferece ao trabalho, e o próprio tipo de capitalismo que ele ajuda a dinamizar, se convertem em estruturas dominantes na sociedade moderna ocidental, ganhando contornos não previamente imaginados. A combinação entre ética religiosa e espírito econômico dão contornos “rígidos como aço” (Weber, 2004, p. 165) à vida econômica que se generaliza como um destino social de amplas proporções. Para os pressupostos deste texto, é importante notar primeiramente como a forma de organização do trabalho no capitalismo é determinada historicamente por valores culturais, os quais constroem legitimidade para suas práticas e, secundamente, como o capitalismo associa a valorização continuada dos investimentos (como diria Marx) a uma conduta de vida constituída longe de seus domínios.

Disso resulta o fato de que o modo capitalista de organizar o trabalho não pode ser compreendido sem que se faça referência a uma ética do labor que associa o valor social de alguém a tarefa que ele desempenha socialmente: a venda de força de trabalho em situação de modernidade passa a ser determinada por valores que tornam a vida profissional um modo de existir legítimo e um dever a ser cumprido. Os comportamentos ascéticos que definiam a relação do capitalista protestante com seu trabalho, ou seja, aqueles ligados ao comprometimento pessoal com o trabalho produtivo, se tornam padrões seculares de ação que se espriam por toda a sociedade. Esses comportamentos, porém, são menos o fruto da exposição contínua ao cotidiano de trabalho e mais os padrões de socialização cultural que agem para construir este cotidiano tal como ele se manifesta.

O ponto de Weber parece apontar para a forma como sujeitos possuidores de formações particulares (sendo a religiosa a mais célebre) conferem um imprint ao processo de trabalho moderno. Estes agentes utilizam sua socialização como portadores de éticas de vida singulares para formatar os processos sociais que depois se expandirão para o restante da sociedade. A dimensão ética dessa socialização nos informa que o moderno mundo do trabalho, em sua linhagem profissional, só pode existir em uma sociedade na qual seus

pressupostos são legitimados. Se em Marx o capitalista é o general, que submete o trabalhador ao despotismo da fragmentação do trabalho, em Weber ele é o profeta secular que apresenta a “vida bem aventurada” (Weber, 2016) a seus seguidores.

Talvez não haja exemplo melhor da teorização de Max Weber sobre a incidência de valores no processo de trabalho moderno do que aquele que encontramos em seus estudos sobre a dominação burocrática em *“Economia e Sociedade”* (1999). Este tipo de organização, encarregada da administração geral de diversos empreendimentos constitutivos da vida nas sociedades modernas, ganha destaque neste trabalho por ser continuamente aplicada a gestão hierárquica do cotidiano de atividade das empresas capitalistas, empresas essas que, como vimos com Marx, se tornam o locus privilegiado do trabalho assalariado.

A burocracia se estabelece como um processo administrativo organizado em torno de regras impessoais, regidas e aplicadas por pessoas dotadas de qualificação regulamentada, as quais organizam seu trabalho a partir da ocupação de cargos hierarquicamente distribuídos (Weber, 1999, p. 199). Este tipo de administração conhece seu apogeu nas formas mais avançadas de capitalismo, progredindo no terreno da economia privada justamente por se apresentar como o método mais racional, efetivamente orientado, de gerir o cotidiano produtivo e a produção capitalista de riqueza. Assim como no “chão de fábrica”, também nos aparatos administrativos as tarefas são distribuídas conforme um esquema de rígida divisão do trabalho, uma vez que os cargos ocupados pelos funcionários se estabelecem a partir de profunda especialização.

Para os propósitos da argumentação que desenvolvemos neste trabalho, o ponto mais importante de se ter em mente se relaciona aos mecanismos de justificação que estão por trás da aplicação generalizada da burocracia. Neste sentido, a gestão burocrática do processo de trabalho só pode se realizar em uma sociedade na qual a eficiência técnica desponta como um valor plenamente desenvolvido (Weber, 1999, p. 212), valor esse que é incorporado como “estilo de vida” por setores influentes da sociedade. O processo de trabalho contemporâneo é, dessa maneira, definido não só pelas necessidades de valorização presentes na economia capitalista mas também pelas cadeias de estima social vinculadas ao exercício técnico do funcionalismo.

Sobre isto, uma passagem de Weber que aparece no artigo já citado de Sica é especialmente interessante. Nela o autor alemão diz que o avanço da burocracia é inevitável em uma situação na qual a resolução técnica de problemas concretos é vista como o objetivo supremo das instituições humanas (Sica, 200, p. 53), desenvolve-se assim algo como uma “paixão pela burocracia” que estende seu funcionamento para as mais remotas áreas da vida

social. Weber também indica que a necessidade de organização metódica de uma economia voltada a produção de mercadorias é um dos elementos vinculados ao regime do cálculo administrativo que impera aqui: o problema para ele é que este processo é ininteligível sem que se faça referência a legitimidade que a eficiência técnica ganha enquanto uma ética de condução da administração, em particular, e da vida, em geral.

Em Weber, a organização racional do trabalho, característica do capitalismo moderno, retira seus incentivos não só da necessidade desmedida de valorização, mas também dos valores e das perspectivas de ganho de status que acompanham a constituição de determinados grupos sociais. O surgimento do capitalismo e sua posterior expansão se apoiam em afinidades particulares com a religião, a legislação, a economia e a administração, as quais, através da ação socializada de estratos específicos, lhe conferem suas características específicas. A “paixão pela racionalização” observada na gestão burocrática do processo de trabalho foi moldada por sujeitos que portavam condutas particulares e que foram capazes, postos em certas condições, de instituir essas mesmas éticas de vida como princípios legítimos de organização social. A questão é que essas éticas, como o caso do protestantismo ilustra bem, se cristalizam em estruturas que não necessariamente eram antecipadas por seus criadores (Weber, 2004).

O tipo de dominação que Weber enxerga no moderno capitalismo e em sua organização particular do trabalho não é necessariamente aquela da submissão forçada ao processo de trabalho, mas aquela que advém da legitimação de suas características como forma “bem aventurada” de viver a vida. O cotidiano laboral é socialmente constituído por grupos que tomam a divisão racional do trabalho e a existência profissional como maneiras justas de existir nesse mundo e que, por intermédio de formas de dominação, são capazes de dotar estes valores de legitimação generalizada. O trabalho do profissional assalariado segue este tipo de “profecia secular” que o torna tanto uma conduta de vida individualmente valorizada quanto uma empreitada de organização metódica do tempo de vida, ainda que essa organização tenha perdido os elementos religiosos, jurídicos ou administrativos que um dia lhe conferiram sentido.

É notável que, diferentemente de Marx, Weber, para chegar às ideias que discuti acima, olha para o trabalho no capitalismo a partir do ponto de vista do capitalista e de sua administração, e, somente então, para os amplos circuitos sociais que assumem estes valores dominantes e passam a se orientar por eles. A conversão generalizada pelos dogmas de uma sociedade racionalizada de mercado faz com que os agentes (mesmo aqueles dominados) reconstruam reiteradamente o cotidiano de trabalho tal como lhes foi apresentado. Essa

reprodução, porém, como dito anteriormente, tira seus incentivos de valores culturais provindos das mais distintas esferas e capazes de orientar sua interação com o processo laboral.

Seria possível, neste sentido, traçar similaridades entre os dois autores tratados neste trabalho ou construir uma síntese dos pontos em comum entre eles que vá além das notáveis diferenças entre as orientações teóricas analisadas? A próxima seção, interessada em concluir este trabalho, tentará abordar brevemente esta questão.

### **Conclusão:**

Neste trabalho, nosso objetivo foi comparar a relação entre trabalho e socialização em Marx e Weber, utilizando a análise de algumas obras dos dois autores para me aproximar de seus estudos sobre o tema. Em Marx, argumentamos que o cotidiano de trabalho tem uma determinação socializadora, na medida em que a interação com o processo produtivo do capital constitui os modernos trabalhadores. Já em Weber, propomos que o próprio cotidiano de trabalho é constituído por indivíduos valorativamente socializados, os quais organizam a moderna economia a partir de ações subjetivamente orientadas. Isto é: na obra de Max Weber, as pessoas carregam enquadramentos ideais que definirão sua relação com o trabalho e em Karl Marx o capital se encarrega de produzir (mesmo que nunca totalmente) os enquadramentos que definirão a relação das pessoas com outras esferas da vida.

É de se pensar, porém, se as diferenças no pensamento dos dois autores não se devem a uma consideração de momentos lógicos distintos do cotidiano de trabalho na modernidade, sendo que Weber procura identificar os sujeitos socializados que o criaram a sua imagem e semelhança e Marx se preocupa com a fase na qual este trabalho se autonomiza, tornando-se um socializador *per se*. Pode ser também que estas duas correntes de sentido atuem simultaneamente, ou seja, que o capitalista e sua administração tenham que constituir reiteradamente o processo de trabalho capitalista para que ele possa, em seu turno, constituir os trabalhadores que se subordinam a ele. Se olharmos por esse lado, as duas abordagens podem ser analiticamente conectadas em uma espécie de ponto de convergência.

Outro fator que pode unir parcialmente as opiniões dos dois autores analisados, é o tema da dominação. A nossa argumentação tentou demonstrar como tanto Marx como Weber enxergam assimetrias e desigualdades no cotidiano de trabalho erigido pelo capitalismo. Em Marx, essa noção está ligada à submissão, a partir do controle dos meios de produção, de amplas parcelas da população ao despotismo do processo de trabalho, o qual procura

socializar os trabalhadores de acordo com suas necessidades; neste trabalho a figura do general ilustra esse processo. No que diz respeito a Weber, a dominação está ligada a legitimação que o capitalista e seu quadro administrativo conseguem construir para a organização particular do trabalho que eles constroem a partir de seus padrões de socialização; em nosso trabalho esse ponto é ilustrado pela figura do profeta.

Temos portanto, uma análise que se preocupa em desvelar como os instrumentos de dominação são construídos e transformados em formas legítimas de conduzir a vida, de modo que seus princípios sejam reconstruídos reiteradamente, e outra análise que se preocupa em demonstrar como estes mesmo instrumentos exercem sua dominação em termos práticos. Nos dois casos, porém, a dominação se faz presente nos próprios circuitos de constituição social dos agentes e deve ser entendida como chave para a compreensão da modernidade.

### **Bibliografia:**

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

COHN, Gabriel. **Crítica e Resignação: Max Weber e a teoria social**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **Capital, Volume 1**. London: Penguin Books e New Left Review, 1976.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2000.

RUBIN. Isaak. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SICA, Alan. Rationalization and Culture *in* **The Cambridge Companion to Weber**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SCAFF, Lawrence. Weber on the cultural situation of the modern age *in* **The Cambridge Companion to Weber**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TAUSSIG, Michael. **O Diabo e o Fetichismo da Mercadoria na América do Sul**. São Paulo: Unesp, 2010.

THOMPSON. Edward. Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial *in* **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade Volume 1**. Brasília: Editora UNB, 2012.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade Volume 2**. Brasília: Editora UNB, 1999.

**WEBER, Max. Ética econômica das religiões mundiais: ensaios comparados de sociologia da religião (vol. 1). Petrópolis: Vozes, 2016**